



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA - EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE SUSTENTABILIDADE

TERMO DE REFERÊNCIA / PROJETO BÁSICO

PROCESSO Nº 50000.007668/2023-51

HISTÓRICO DE REVISÕES

Data	Versão	Descrição	Autor
15/03/2023	1.0	Finalização da primeira versão do documento	George Yun
26/04/2023	2.0	Finalização da segunda versão do documento após tratativas com COLIC	Ricardo Luiz Medeiros Meirelles

TERMO DE REFERÊNCIA OU PROJETO BÁSICO

Referência: Arts. 12 a 24 IN SGD/ME Nº 1/2019

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, “A” E “I” DA LEI N. 14.133/2021)

1.1. Contratação de empresa especializada em serviços gráficos de impressão, confecção e editoração de livros, bem como da realização de revisão gramatical e ortográfica de exemplares, padronização de linguagem e preparação de originais para publicações, de acordo com as especificações deste termo, visando atender ao mútuo interesse do ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 23/2022 firmado entre a Universidade de São Paulo e o Ministério da Infraestrutura, atual Ministério dos Transportes, com o intuito de desenvolver publicações que tratem de infraestrutura de transportes e mudança do clima, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATSER	SUBITENS	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
------	--------	----------	---------------	-------------------	-----	----------------	-------------

1	17353	1.1	<p>Editoração, diagramação, produção de ficha catalográfica e solicitação de identificação de International Standard Book Number – ISBN, bem como a impressão de livro – 320 páginas – Formato 24 X 18 CM. Impressão de capa: 4/0 C (Escala); Guardas: 2/0 C; Miolo: 4/4 C (Escala); Papel Capa: Cartão triplex 250g/m²; Guardas: Color plus 180 GRS; Miolo: Offset 150GRS. Acabamento: Capa: Laminação fosca, Verniz UV localizado; Guardas: coladas nas capas; Miolo: dobrado e costurado. Pré-impressão: prova best collar para Capa e Miolo, heliográfica digital para Miolo (imposição) e ctp. Design personalizado e diagramação, revisão gramatical, ortográfica e editoração inclusa no serviço. Lote com 80 exemplares impressos.</p>	Lote	1	22.400,00	22.400,00
		1.2	<p>E-BOOK, produção de ficha catalográfica e solicitação de identificação de <i>International Standard Serial Number - ISSN</i> e Digital Object Identifier - DOI contemplando os serviços de edição e produção de livro em versão digital, do item 1, nos formatos pdf e epub, no formato A4.</p>	Unidade	1	4.000,00	4.000,00

1.3	<p>Editoração, diagramação, produção de ficha catalográfica e solicitação de identificação de International Standard Book Number – ISBN, bem como a impressão de livro – 220 páginas – Formato 24 X 18 CM. Impressão de capa: 4/0 C (Escala); Guardas: 2/0 C; Miolo: 4/4 C (Escala); Papel Capa: Cartão triplex 250g/m²; Guardas: Color plus 180 GRS; Miolo: Offset 150GRS.</p> <p>Acabamento: Capa: Laminação fosca, Verniz UV localizado; Guardas: coladas nas capas; Miolo: dobrado e costurado.</p> <p>Pré-impressão: prova best collar para Capa e Miolo, heliográfica digital para Miolo (imposição) e ctp. Design personalizado e diagramação, revisão gramatical, ortográfica e editoração inclusa no serviço. Lote com 70 exemplares impressos.</p>	Lote	1	20.850,00	20.850,00
1.4	<p>E-BOOK, produção de ficha catalográfica e solicitação de identificação de <i>International Standard Serial Number - ISSN</i> e Digital Object Identifier - DOI contemplando os serviços de edição e produção de livro em versão digital, do item 3, nos formatos pdf e epub, no formato A4.</p>	Unidade	1	4.000,00	4.000,00
Total					51.250,00

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 8 (oito) meses contados da data de assinatura do Contrato na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.3. O custo estimado total da contratação é de R\$51.250,00 (Cinquenta e um mil e duzentos e cinquenta reais), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA 'B' DA LEI N. 14.133/2021)

2.1. O Decreto nº 11.360, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério dos Transportes e remaneja cargos em comissão e funções de confiança, mantém a estrutura da Subsecretaria de Sustentabilidade e por aderência a suas competências deve dar continuidade ao ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 23/2022 firmado entre a Universidade de São Paulo e o Ministério da Infraestrutura (Processo referência: 50000.011280/2022-73).

2.2. O referido acordo estabelece a concordância em promover a cooperação técnico-científica entre as partes, em áreas de mútuo interesse, por meio de:

- 2.2.1. “intercâmbio de dados e informações;
- 2.2.2. "elaboração conjunta de projetos de pesquisa e publicações;
- 2.2.3. organização conjunta de eventos científicos;
- 2.2.4. intercâmbio de informações e publicações acadêmicas;
- 2.2.5. cursos e disciplinas compartilhados;
- 2.2.6. vistorias e visitas técnicas;
- 2.2.7. discussão sobre formulação de propostas e diretrizes para políticas públicas; e
- 2.2.8. participação em projetos de pesquisa, formação de centros, núcleos e observatórios relacionados à instituição pública, à infraestrutura e ao **desenvolvimento territorial.**”

2.3. Neste sentido, um dos produtos desta Cooperação se trata da publicação do livro Notas Introdutórias sobre Infraestruturas e Mudança Climática, que consolida um ciclo de disciplinas realizadas no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do IAU-USP, entre 2018 e 2021, e reúne textos de diferentes áreas do conhecimento em torno de dois temas fundamentais: a infraestrutura no Brasil e as mudanças climáticas.

2.4. Este livro é derivado da parceria formal estabelecida entre o MInfra, atual Ministério dos Transportes, e o Instituto de Arquitetura (IAU) da Universidade de São Paulo (USP), representa mais um dos vários canais de disseminação de conhecimento desenvolvidos por esta parceria, em discussões profícuas, com reflexões de níveis estratégicos, táticos e operacionais, a partir de problemas complexos envolvendo questões econômicas, sociais, ambientais e climáticas nos contextos multiescalares, do local ao nacional, das infraestruturas de transportes e do uso rural e urbano da terra.

2.5. A mudança do clima tem tornado o setor de infraestrutura de transportes mais exposto aos riscos e às incertezas, que podem gerar impactos adversos como: perdas de vidas, deterioração da infraestrutura; paralisações e interrupções do tráfego; aumento de custos operacionais e necessidade de capital adicional; perda de renda gerada pelo ativo; aumento de risco de impacto ambiental; dentre outros.

2.6. Os riscos associados a mudança do clima atual e futura precisam ser considerados desde a etapa de planejamento das políticas e dos próprios empreendimentos, de forma a reduzir possíveis perdas econômicas e socioambientais. Isso implica construir ou renovar sistemas para reduzir as emissões de GEE e, simultaneamente, tornar o setor como um todo, assim como as populações e segmentos dele dependentes, mais resilientes e menos vulneráveis a impactos climáticos extremos (inundações, tempestades, secas, picos de temperatura etc.) e crônicos (aumento de nível do mar, maiores médias de temperatura, dentre outros).

2.7. O livro está dividido em três partes:

- 2.7.1. Parte I, que apresenta questões centrais sobre as mudanças climáticas e os temas necessários para compreendê-las. Demonstra alguns resultados dessas mudanças, como a intensificação dos ciclones e o aumento da poluição atmosférica, mas também os avanços tecnológicos e institucionais que buscam responder a esses efeitos. Complementarmente, fornece um panorama das iniciativas nacionais e internacionais que estão na base da compreensão científica das origens e das consequências das mudanças climáticas.
- 2.7.2. Parte II, que traz foco na relação entre o território e a infraestrutura regional de

transportes (rodovias, ferrovias, portos e aeroportos). Perpassa históricos da formação dessas infraestruturas, mas também dos atuais conflitos ambientais e sociais. Apresenta instrumentos para garantir investimentos sustentáveis, ambiental e socialmente viáveis. Entretanto, também mostra suas contradições, inoperâncias e deficiências. Dessa forma, investiga o funcionamento da gestão, das tomadas de decisão, das continuidades e rupturas históricas da cidade ao campo, da zona urbana à zona rural.

2.7.3. Parte III, que analisa as relações interfederativas das decisões sobre as cidades e atualiza o debate por pautas ambientais. Avalia as ações relacionadas à infraestrutura cinza, verde e azul por meio de experiências e metodologias inovadoras em diferentes dimensões. Apresenta resultados de pesquisas acadêmicas e dados consolidados dos impactos da presença de infraestrutura e da ausência de vegetação e saneamento básico. Possibilita uma visão integrada das áreas consolidadas e das áreas precárias ao passo em que explora uma discussão sobre as potencialidades que o planejamento proporciona e da necessidade de sua revisão para responder às questões do mundo contemporâneo.

2.8. Esta obra conjunta, que se propõe a disponibilizar importantes notas introdutórias sobre Infraestruturas de Transportes e Mudança do Clima, de modo a proporcionar uma melhor compreensão quanto aos desafios da urgência climática e sua relação com o setor, induzindo o fortalecimento de capacidades de planejamento integrado e a assertividade na proposição de políticas públicas para o setor, bem como servindo de referência para o desenvolvimento de pesquisas e projetos acadêmicos.

2.9. Além disso, o Ministério dos Transportes realiza, desde 2017, o Via Viva – Seminário Socioambiental em Infraestrutura de Transportes. Além do evento, o Via Viva também promove a elaboração e a publicação de artigos científicos cuja temática corresponde àquela do respectivo evento.

2.10. Ciente de que o planejamento estratégico do Ministério dos Transportes não está aprovado, considera-se a Portaria nº 542, de 30 de agosto de 2019, que institui o Planejamento Estratégico no âmbito do Ministério da Infraestrutura e suas Entidades Vinculadas, no período de 2019 a 2022, bem como com a Agenda e as Diretrizes de Sustentabilidade do Ministério da Infraestrutura, aprovadas pelas Portarias nº 4 e 5 de 31 de janeiro de 2020.

2.11. Portaria nº 542, de 30 de agosto de 2019

2.11.1. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2019 A 2022

2.11.1.1. **MISSÃO:** Proporcionar infraestrutura viária integrada e confiável para mobilidade segura e eficiente de pessoas e bens, com vistas ao aumento da competitividade nacional.

2.11.1.2. **VISÃO:** Tornar-se líder na América Latina em infraestrutura de transportes.

2.11.1.3. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:

(...)

Tema: SEGURANÇA

- Objetivo 2: Promover a segurança dos usuários das vias e bens transportados.

Tema: SATISFAÇÃO

- Objetivo 3: Melhorar o nível de serviços de transportes e de trânsito

(...)

Tema: EFICIÊNCIA LOGÍSTICA

- Objetivo 8: Assegurar a qualidade da infraestrutura de transportes

2.12. Portaria nº 4, de 31 de janeiro de 2020

2.12.1. Aprova a Agenda de Sustentabilidade do Ministério da Infraestrutura para o período 2020-2022

Linha de ação 1.2 - Aprimorar a inserção das variáveis socioambiental e territorial nas fases de planejamento, projeto, implantação e operação.

2.13. Portaria nº 5, de 31 de janeiro de 2020

2.13.1. Aprova as Diretrizes de Sustentabilidade do Ministério da Infraestrutura.

2.13.1.1. Art. 2º São Diretrizes de Sustentabilidade do Ministério da Infraestrutura:

I. promover a inserção dos aspectos socioambientais e territoriais nas políticas públicas, planos e programas intersetoriais da infraestrutura de transporte;

II. promover a inserção das questões relacionadas à mudança do clima na infraestrutura de transportes;

III. desenvolver projetos, estudos e pesquisas com maior qualidade socioambiental;

(...)

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA 'C')

3.1. Constitui-se uma contratação de serviço de prestação não continuada, mediante dispensa de licitação, com amparo no inciso II do art. 75 da Lei 14.133/2021, combinado com o Decreto nº 11.317/2022, correspondendo a serviços gráficos de impressão, confecção e editoração de livros, bem como da realização de revisão gramatical e ortográfica de exemplares, padronização de linguagem e preparação de originais para publicações.

3.2. O serviço a ser contratado enquadra-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

3.3. A prestação do serviço não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

3.4. Para que a contratação atinja os resultados pretendidos pela Administração, faz-se necessário um aporte de elementos e especificações técnicas para concessão do serviço. No âmbito dos serviços gráficos, é imprescindível a descrição mais completa possível dos materiais utilizados durante a confecção, a qualidade da impressão, observância do prazo para a entrega e pontualidade, levando-se em consideração a localização geográfica do Ministério dos Transportes e eventos/atividades que ocorrem com datas pré-definidas pelo Ministério; além de comunicação transparente entre fornecedor e demandantes, realizando as atividades com a maior clareza possível para manter o correto andamento do serviço.

3.5. Para honrar a qualidade da contratação, o fornecedor deverá prezar pela qualidade do acondicionamento e transporte dos materiais (embalagem e

armazenamento), evitando danos aos produtos da confecção até a entrega final do serviço, contando com a agilidade, qualidade na impressão dos materiais, pontualidade na entrega e acondicionamento adequado.

3.6. Os serviços serão executados de acordo com as necessidades do Ministério dos Transportes, conforme a descrição/especificação dos itens. O processo de impressão e acabamento dos exemplares, o acompanhamento e a fiscalização do contrato serão aprovados e liberados por servidor do Ministério dos Transportes designado para conferência das exigências da contratação.

3.7. Considerando a contratação e entrega do serviço de qualidade e condizente com as expectativas do Ministério, a exemplo da prontidão na entrega do serviço, em respeito aos prazos estipulados, haverá maior confiabilidade no serviço, seguida por um resultado satisfatório da prestação dos serviços.

3.8. Os serviços que são objeto desse documento possuem natureza afim quanto à forma de execução, sendo também realizados por muitas empresas do ramo gráfico. Destaca-se que os serviços não possuem natureza continuada, devendo ser realizados conforme delimitação temporal apresentada nas atividades planejadas e executadas pelos setores requisitantes.

3.9. Com o objetivo de divulgar trabalhos acadêmico-científicos com conteúdo relacionado diretamente às competências do Ministério dos Transportes, os serviços de editoração, diagramação, produção de ficha catalográfica e solicitação de identificação de ISBN, ISSN e DOI, bem como a impressão, design personalizado e diagramação, revisão gramatical, ortográfica e editoração, precisam seguir diretrizes básicas a fim de alcançar maior credibilidade durante e após a publicação do material, além de prezar pela qualidade e transparência na prestação do serviço. Por se tratar de documentos de cunho acadêmico-científico de alta relevância para o acervo institucional e repercussão da qualidade do conteúdo da publicação, torna-se necessária a execução dos serviços por profissionais devidamente capacitados, com a apresentação de atestado de capacidade técnica (ou documentos afins), incluindo declaração de disponibilidade e uso de material e equipamentos necessários para realização dos serviços, conforme cada especificação dos itens.

3.10. O teor dos textos a serem contemplados nos serviços deverão ser mantidos sob sigilo, não podendo ser reproduzidos, parcial ou integralmente, publicados, divulgados ou repassados a terceiros.

3.11. O fornecedor contratado deverá utilizar equipamento atualizado para receber e manusear os textos produzidos pelas unidades acadêmicas demandantes dos serviços que encaminharão, mediante correspondência eletrônica, para a empresa, o arquivo em formato de texto editável (".doc" ou ".docx") e/ou formato de documento portátil (".PDF"), sendo este último apenas aderido segundo a necessidade de reprodução gráfica pelo fornecedor.

3.12. O fornecimento dos serviços deverá observar os prazos indicados, porém, caso necessário, poderá haver negociação de ambas as partes propondo o mais adequado em prol do Ministério dos Transportes para produção do material solicitado, desde que não incorra em prejuízos à ordenada execução das atividades do Ministério.

3.13. Deve ser considerado, para composição dos custos, a retirada e a entrega do acervo, considerando os endereços indicados pelo Ministério dos

Transportes, considerando também o pedido mínimo dos itens informado no detalhamento de cada item.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA 'D' DA LEI Nº 14.133/21)

4.1. A instituição que se pretende contratar deverá ofertar um serviço de acordo com o que foi apresentado na proposta comercial, inclusive no que diz respeito aos objetivos, metodologia e período de realização.

4.2. A CONTRATADA deverá apresentar documentos/certidões comprobatórias:

- 4.2.1. Regularidade fiscal federal (art. 193, Lei 5.172/66);
- 4.2.2. Regularidade com a Seguridade Social (INSS - art. 195 § 3º, CF 1988);
- 4.2.3. Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS – art. 2º, Lei 9.012/95);
- 4.2.4. Consulta ao CADIN (inciso III do art. 6º da Lei nº 10.522/02, STF, ADI n. 1454/DF);
- 4.2.5. Regularidade trabalhista (Lei 12.440/11);
- 4.2.6. Declaração de cumprimento aos termos da Lei 9.854/99; e
- 4.2.7. Verificação de eventual proibição para contratar com a Administração.

4.3. Cabendo, ainda, ao Órgão assessorado acostar aos autos da contratação o resultado da consulta dos sistemas de consulta de registro de penalidades:

- 4.3.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
- 4.3.2. Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União;
- 4.3.3. Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF;
- 4.3.4. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal - CADIN; e
- 4.3.5. Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

4.4. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.4.1. Para os produtos que serão utilizados nos serviços objeto deste Termo de Referência, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, só será admitida a utilização de produtos cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.”

4.4.2. O licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar será convocado para que envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, declaração que utilizará materiais com registro do fabricante no Cadastro Técnico Federal – CTF/APP do IBAMA e o respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA Nº 6, de 15/03/2013.

4.4.3. A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso seja obtida mediante consulta on line ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo.

4.5. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato.

4.5.1. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

4.5.1.1. Diagramação;

4.5.1.2. produção de ficha catalográfica;

4.5.1.3. solicitação de identificação de International Standard Book Number – ISBN;

4.5.1.4. solicitação de identificação de International Standard Serial Number - ISSN; e

4.5.1.5. solicitação de identificação de Digital Object Identifier – DOI.

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, devida a ausência de impactos derivados graves pela inexecução, baixa complexidade dos serviços e valor total da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (ARTS. 6º, XXIII, ALÍNEA “E” DA LEI N. 14.133/2021).

5.1. O prazo de execução dos serviços será na forma que se segue:

5.1.1. Os subitens 1.1 e 1.2 deverão ser entregues no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis após assinatura do Contrato com o Ministério dos Transportes.

5.1.2. Os subitens 1.3 e 1.4 deverão ser entregues em datas a ser definidas pelo Ministério dos Transportes, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis após Ordem de Serviço do Ministério.

5.2. Os bens serão recebidos provisoriamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes deste Termo de Referência e na proposta, conforme previsto no Art. 140, inciso II da Lei 14.133/2021. Para tanto, antes da impressão total dos exemplares, o fornecedor deverá disponibilizar ao Ministério dos Transportes 1 (uma) "boneca" do livro por lote, o qual, deverá ser aprovado e liberado pelo servidor do Ministério designado para esse fim.

5.3. Em caso de não aprovação, a gráfica terá que atender as correções.

5.4. Após aprovação e liberação do Ministério dos Transportes, a tiragem total solicitada será impressa.

5.5. Os bens serão recebidos definitivamente após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado, e materiais empregados com consequente aceitação mediante termo detalhado, conforme previsto no Art. 140, inciso II da Lei 14.133/2021.

5.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos decorrentes do fornecimento dos materiais. O prazo de execução dos serviços será conforme especificado no Item 5.1, cujos produtos deverão ser entregues em remessas ao interesse do contratante, no seguinte endereço: Subsecretaria de Sustentabilidade - SUST, localizada na Esplanada dos Ministérios, Bloco "R", Edifício Sede, sala 409; Horário: 10h às 12h e 14h às 17h, de segunda a sexta-feira; Telefones: 61-2029-8169.

5.7. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.8. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.9. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.10. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

6.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

6.1.1. Estão previstos os seguintes serviços:

6.1.1.1. Subitem 1 - Editoração, diagramação, produção de ficha catalográfica e solicitação de identificação de International Standard Book Number – ISBN, bem como a impressão de livro – 320 páginas – Formato 24 X 18 CM. Impressão de capa: 4/0 C (Escala); Guardas: 2/0 C; Miolo: 4/4 C (Escala); Papel Capa: Cartão triplex 250g/m²; Guardas: Color plus 180 GRS; Miolo: Offset 150GRS. Acabamento: Capa: Laminação fosca, Verniz UV localizado; Guardas: coladas nas capas; Miolo: dobrado e costurado. Pré-impressão: prova best collar para Capa e Miolo, heliográfica digital para Miolo (imposição) e ctp. Design personalizado e diagramação, revisão gramatical, ortográfica e editoração inclusa no serviço. Lote com 80 exemplares impressos.

6.1.1.2. Subitem 2 - E-BOOK, produção de ficha catalográfica e solicitação de identificação de International Standard Serial Number - ISSN e Digital Object Identifier - DOI contemplando os serviços de edição e produção de livro em versão digital, do item 1, nos formatos pdf e epub, no formato A4.

6.1.1.3. Subitem 3 - Editoração, diagramação, produção de ficha catalográfica e solicitação de identificação de International Standard Book Number – ISBN, bem como a impressão de livro – 220 páginas – Formato 24 X 18 CM. Impressão de capa: 4/0 C (Escala); Guardas: 2/0 C; Miolo: 4/4 C (Escala); Papel Capa: Cartão triplex 250g/m²; Guardas: Color plus 180 GRS; Miolo: Offset 150GRS. Acabamento: Capa: Laminação fosca, Verniz UV localizado; Guardas: coladas nas capas; Miolo: dobrado e costurado. Pré-impressão: prova best collar para Capa e Miolo, heliográfica digital para Miolo (imposição) e ctp. Design personalizado e diagramação, revisão gramatical, ortográfica e editoração inclusa no serviço. Lote com 70 exemplares impressos.

6.1.1.4. Subitem 4 - E-BOOK, produção de ficha catalográfica e solicitação de identificação de International Standard Serial Number - ISSN e Digital Object Identifier - DOI contemplando os serviços de edição e produção de livro em versão digital, do item 3, nos formatos pdf e epub, no formato A4.

6.1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de serviços gráficos de impressão, confecção, editoração de livros e editoração de livros digitais para atendimento as unidades administrativas do Ministério dos Transportes.

6.1.3. Os serviços de edição, diagramação, revisão gramatical e ortográfica de exemplares, padronização de linguagem e preparação de originais para publicações dos livros, considera a totalidade das páginas, entendendo-se 01 (uma) página como 01 (uma) lauda com média de 3.000 (três mil) caracteres com espaço.

6.1.4. Para o dimensionamento da proposta, deve ser considerado pelo fornecedor o pedido total disposto na descrição dos itens para fins de cálculo do frete e custos operacionais na ordem de serviço, com total observância para a possibilidade entrega dos itens em datas diferentes.

6.1.5. Então não será aceito o desconhecimento ou o não atendimento por parte do fornecedor alegando custos adicionais no atendimento da ordem de serviço.

6.1.6. As logomarcas e símbolos oficiais serão encaminhados em alta resolução à Contratada posteriormente e deverão atender as especificações estabelecida no “MANUAL SIMPLIFICADO DE USO DE MARCA DO GOVERNO FEDERAL, v.1.0 – JAN/2023, ou a versão que a suceder,

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “F” DA LEI Nº 14.133/21)

7.1. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

7.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

7.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

7.1.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

7.1.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

7.1.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

7.1.4. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (IN 5, art. 44, §1º)

7.1.5. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

7.1.6. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

7.1.7. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

7.1.7.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

7.1.8. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

7.1.9. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

7.1.10. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o Ministério dos Transportes convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, §1º).

7.1.11. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

7.1.12. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão

7.2. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

7.2.1. A avaliação da execução do objeto utilizará instrumento de ateste de fiel e correto fornecimento do serviço e deverá ser realizado por servidor da Subsecretaria de Sustentabilidade – SUST, quem deverá atestar os documentos de despesas e encaminhá-los para pagamento, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2.2. A CONTRATADA ficará sujeita à ampla e irrestrita supervisão, obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos porventura requeridos pela SUST, incluindo orientações encaminhadas anteriormente à entrega.

7.2.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.2.3.1. Entrega completa por subitem, sem fracionamento da demanda.

7.2.4. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 7.2.4.1. não produziu os resultados acordados;
- 7.2.4.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 7.2.4.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. DO RECEBIMENTO

7.3.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, contado do recebimento de cada produto dos Subitens 1.1, 1.2, 1.3 e 1.4, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.3.1.1. O contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

- a) Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal

do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

b) O Contratado fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

c) O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.3.1.2. No prazo supracitado para o recebimento provisório, o fiscal deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

7.3.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3.3. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo as seguintes diretrizes:

7.3.3.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.3.3.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.3.3.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base instrumento ateste de fiel e correto fornecimento do serviço.

7.3.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR MEDIANTE O USO DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA 'H', DA LEI N. 14.133/2021)

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço global.

8.2. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.

8.3. Os critérios de habilitação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.

8.4. Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

8.4.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.4.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

a) No mínimo 02 (dois) trabalhos similares realizados contemplando a editoração e impressão de livros;

b) No mínimo 02 (dois) trabalhos similares realizados contemplando a editoração de publicação virtual.

8.4.1.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.4.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA 'H', DA LEI N. 14.133/2021)

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021, combinado com o Decreto nº 11.317/2022.

9.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

- d) Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União;
- e) Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal - CADIN; e
- f) Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

9.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.6. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

9.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

9.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.10. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.12. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

9.13. **Habilitação Jurídica:**

9.13.1. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.13.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.14. **Habilitações fiscal, social e trabalhista:**

9.14.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

(CNPJ);

9.14.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

9.14.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.14.4. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

9.14.5. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.14.6. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.14.6.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.14.7. prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.14.7.1. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1. A contratação será atendida pela dotação a ser indicada pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (SPOA/MT) e deverá constar as seguintes informações:

a) UG Executora – 390063 - COGLIC;

- b) Ação: 2000 – Administração da Unidade;
- c) Programa de Trabalho: 26.122.0032.2000.0001;
- d) PTRES: 173815;
- e) Natureza da Despesa: 339039;
- f) Fonte: 1000; e
- g) Valor: R\$ 51.250,00 (cinquenta e um mil, duzentos e cinquenta reais);

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Brasília, 26 de abril de 2023.

Ricardo Luiz Medeiros Meirelles
Analista de Infraestrutura
Coordenador de Gestão Territorial em Substituição

O presente Termo de Referência contempla a contratação de produtos que visam atender ao mútuo interesse do ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 23/2022 firmado entre a Universidade de São Paulo e o Ministério da Infraestrutura, atual Ministério dos Transportes, com o intuito de desenvolver publicações que tratem de infraestrutura de transportes e mudança do clima. Considerando que os aspectos técnicos foram apresentados de forma adequada, bem como o seu desenvolvimento foi fundamentado nos aspectos legais que tratam de contratação de produtos pelo serviço público, APROVO o presente Termo de Referência.

George Yun
Subsecretário de Sustentabilidade em Substituição

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS PRODUTOS

• **Subitem 1** - Editoração, diagramação, produção de ficha catalográfica e solicitação de identificação de International Standard Book Number – ISBN, bem como a impressão de livro – 320 páginas – Formato 24 X 18 CM. Impressão de capa: 4/0 C (Escala); Guardas: 2/0 C; Miolo: 4/4 C (Escala); Papel Capa: Cartão triplex 250g/m²; Guardas: Color plus 180 GRS; Miolo: Offset 150GRS. Acabamento: Capa: Laminação fosca, Verniz UV localizado; Guardas: coladas nas capas; Miolo: dobrado e costurado. Pré-impressão: prova best collar para Capa e Miolo, heliográfica digital para Miolo (imposição) e ctp. Design personalizado e diagramação, revisão gramatical, ortográfica e editoração inclusa no serviço. Lote com 80 exemplares impressos.

• **Subitem 2** - E-BOOK, produção de ficha catalográfica e solicitação de

identificação de *International Standard Serial Number - ISSN* e *Digital Object Identifier - DOI* contemplando os serviços de edição e produção de livro em versão digital, do item 1, nos formatos pdf e epub, no formato A4.

• **Subitem 3** - Editoração, diagramação, produção de ficha catalográfica e solicitação de identificação de *International Standard Book Number – ISBN*, bem como a impressão de livro – 220 páginas – Formato 24 X 18 CM. Impressão de capa: 4/0 C (Escala); Guardas: 2/0 C; Miolo: 4/4 C (Escala); Papel Capa: Cartão triplex 250g/m²; Guardas: Color plus 180 GRS; Miolo: Offset 150GRS. Acabamento: Capa: Laminação fosca, Verniz UV localizado; Guardas: coladas nas capas; Miolo: dobrado e costurado. Pré-impressão: prova best collar para Capa e Miolo, heliográfica digital para Miolo (imposição) e ctp. Design personalizado e diagramação, revisão gramatical, ortográfica e editoração inclusa no serviço. Lote com 70 exemplares impressos.

• **Subitem 4** - E-BOOK, produção de ficha catalográfica e solicitação de identificação de *International Standard Serial Number - ISSN* e *Digital Object Identifier - DOI* contemplando os serviços de edição e produção de livro em versão digital, do item 3, nos formatos pdf e epub, no formato A4.

A versão minuta do livro (Subitem 1) é apresentada em documento Word, SEI **6928995** constando 313 páginas, apenas com conteúdo do miolo.

A versão minuta do livro (Subitem 3) será apresentado diante da conveniência do Ministério dos Transportes e sua execução deverá ser em lote único, respeitando-se a antecedência de no mínimo 30 (trinta dias úteis) para fixação da data de entrega deste item.

O Subitem 2 considera que os serviços de design personalizado, revisão gramatical e ortográfica já tenha sido realizada para a execução do objeto do Subitem 1.

O Subitem 4 considera que os serviços de design personalizado, revisão gramatical e ortográfica já tenha sido realizada para a execução do objeto do Subitem 3, por isso, não poderá ser solicitado de forma antecipada ao Subitem 3.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Luiz Medeiros Meirelles**, Analista de **Infraestrutura**, em 28/04/2023, às 16:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **George Yun**, Subsecretário de Sustentabilidade, **Substituto**, em 28/04/2023, às 16:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://super.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7070573** e o código CRC **1257DD3F**.



Referência: Processo nº 50000.007668/2023-51



SEI nº 7070573

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 4º Andar, Sala 423
Brasília/DF, CEP 70044-902
Telefone: (61) 2029-8169 - www.infraestrutura.gov.br